
Autogestão é um desafio para quem não deixou de ser jovem

26 de novembro de 2013

Por Luigi Verardo (publicado em <http://www.agenciajovem.org/wp/?p=18223>)

A Economia Solidária tem a virtude de poder integrar diversos elementos constitutivos da vida na sociedade humana. Ela tem a potencialidade de agregar o que foi e está sendo pulverizado e fragmentado pela trajetória mais recente da história. A Economia Solidária nasce como expressão de uma inconformidade com o mundo em que vivemos e, ao mesmo tempo, não deixa de apresentar e realizar alternativas econômicas e sociais para o mundo que queremos: mostra que uma outra economia e outra forma de organização e relacionamento social é possível. Atua na área do negócio e combina-a com a área organizacional, de forma que uma não sobreponha a outra.

Isto é, se a atividade econômica (produção, serviço, comercialização, consumo, finanças) constitui o elemento básico, ela não prescinde, mas requer afluência de nova cultura, visão ambiental e relacionamento solidário e adequados ao trabalho humano. Isto porque não se trata de uma atividade econômica convencional, mas de economia baseada na solidariedade e organizada de forma autogestionária.

Quando definimos os empreendimentos solidários como atividades coletivas, de cooperação e autogestionárias estamos pressupondo a existência de autonomia, o que requer investimento na construção dos elementos de caráter objetivo e subjetivo necessários para que, em última instância, se crie uma cultura avessa à dependência, à exploração, ao preconceito (de raça e de gênero) e à política de dominação. Sabemos que superar os entraves que tanto nos impedem de promover a solidariedade e autogestão requer que se considere as determinações que pesam sobre cada um de nós tanto individual como coletivamente. Afinal, na nossa existência nos encontramos em um mundo que não escolhemos (preferíamos outro e melhor, não é verdade?). Além disso, nos encontramos em uma forma muito louca de relacionamento em sociedade. Vivemos com muitas pessoas que não escolheríamos conviver. Vivemos numa sociedade que usa determinada forma de organização social e cultural que nos precede; contudo, estes são apenas os elementos externos que demarcam nossa existência.

Os obstáculos e as cadeias que sequestram nossas almas e nossas alegrias não estão distantes de nós: também estão em nós mesmos. Isto é, fomos educados (desde a infância, na família, nas escolas, nas empresas, nas catequeses e pelos meios de comunicação) para o individualismo, competitividade e dureza nas relações. As heranças culturais e psíquicas não nos abandonam de graça: são heranças, são marcas. Por conta disso, é necessário saber o que queremos e que projeto de vida nos interessa. E, a partir disto, é saber o que podemos e devemos rejeitar ou deixar para trás. Com isso teremos chance de construir o que queremos. Só seremos nós mesmos a partir do que fizemos daquilo que os outros fizeram de nós.

Sem dúvida que há necessidade de se desenvolver espírito crítico e promover novas atitudes e sensibilização para novos valores. Contudo, nuvens escuras não se desfazem com simples brisas e tampouco aquelas coisas mais preciosas à vida não são trazidas pela aragem matinal do novo dia que tanto desejamos. É possível que as marcas individuais e coletivas nunca nos abandonem, mas identificá-las e tratá-las permite que se construa o desejável para o amadurecimento individual e para o desenvolvimento do coletivo.

O processo de libertação das determinações e de construção voltada à autonomia não se dá pela via teórica ou de forma abstrata. São resultados de novas atitudes e de novas práticas. São frutos que nascem de novo relacionamento no trabalho, no controle coletivo das atividades econômicas. É neste sentido que a Autogestão na Economia Solidária é uma escola não apenas para a economia, mas para a sociedade e para o indivíduo.

A promoção de novas formas de relacionamento e de administração envolve necessariamente uma gama enorme de elementos que de alguma forma interferem na vivência das pessoas e dos grupos. É necessário trabalhar os conceitos, preconceitos, informações, juízos de valores que estão incorporados como naturais, assim como atitudes e gestos inconscientes. Por conta disso, afirmamos que a construção de novas relações e novas atitudes exige que se trabalhe com saberes, desejos e fantasias.

Constituir alternativas solidárias implica em mexer em escalas de valores. Elas têm a ver com as alterações no comportamento e nas práticas de interação dos indivíduos com o grupo em que convivem e trabalham no dia-a-dia. A

economia solidária e a autogestão não são categorias absolutas: são processos de construção em que um rol muito amplo de elementos deve confluir para seu desenvolvimento e para a sua constituição.

Combater a dependência é mais do que se dizer “independente” (etimologicamente, dependente de si mesmo). Resta, contudo, saber das dependências conscientes ou inconscientes que herdamos internamente. Contudo, se, de alguma forma, somos determinados pelo nosso meio, isso não nos isenta de responsabilidades. Aliás, devemos ter responsabilidades (responder pelas palavras e ações) de ordem social (relacionais), política (poderes) e ideológica (mentalidades). Quando falamos que desde o começo temos compromisso com a solidariedade, na sua acepção social, cultural e política, estamos nos referindo, antes de tudo, à solidariedade para com os que vivem do seu próprio trabalho, e não de forma geral ou abstrata. Aliás, a solidariedade não se dá apenas com o presente (com as pessoas de hoje) porque a humanidade continua e não é nada solidário gerar hoje um passivo ambiental para as gerações futuras pagarem.

Constituir empreendimentos de economia solidária e de autogestão significa, antes de tudo, construir alternativas, pressupondo um incessante trabalho crítico tanto no sentido de negar (na teoria e na prática) o que se quer superar, quanto no de construir o novo a que se propõe. Significa realizar um processo vivo no qual tanto o trabalho quanto o relacionamento interpessoal devem caracterizar-se como atividade essencialmente humana de forma que os sujeitos possam exercer sua atividade de forma prazerosa, sem que se dissociem a produção e a deliberação. Afinal, produzir e decidir sobre o destino do que se produz são partes integrantes do processo de trabalho e da vida humana.

As atividades solidárias e de autogestão como gestão democrática requerem um investimento incessante à promoção da inteligência coletiva. Incentivo tanto no sentido de capacitar os trabalhadores e garantir a sustentabilidade do empreendimento, quanto no sentido de sensibilizar o conjunto dos trabalhadores para as novas relações de trabalho e de organização coletiva. Tudo isto sem perder de vista a inserção no mercado. Investir na organização dos trabalhadores e simultaneamente na gestão do negócio significa que é necessário que se distingam, de forma clara, as duas áreas. Significa que se deve tratar de forma distinta, porém combinada, a esfera da gerência e administração do negócio e a área de relação e organização autogestionária. Pois, o espaço das relações cooperativas e o espaço do relacionamento competitivo do mercado constituem duas esferas que são de caráter distinto e contraditório. As diferenças e os conflitos, por sua vez, requerem um tratamento permanente e adequado de forma que possam servir de elemento gerador não só de consciência, mas de estímulo no sentido de se buscar a superação através de novas perspectivas e novas dimensões de relações de trabalho e de vida.

Há um tempo acreditou-se que quando os trabalhadores pudessem assumir coletivamente seu próprio negócio iriam fazê-lo de forma muito mais interessante que a mera reprodução daquilo que viviam no mundo do trabalho. Contudo as experiências das centenas de empreendimentos e empresas de autogestão mostrou que o peso da herança da cultura da dominação (principalmente, subalternidade e dependência) e do preconceito persiste nas “novas” relações de trabalho. No caso das empresas recuperadas observamos o quanto a trajetória de lutas e de reivindicações dos períodos anteriores determinava o destino do futuro do empreendimento solidário e de autogestão. Das experiências bem sucedidas ou que redundaram em resultados satisfatórios, nenhuma delas contava com trabalhadores sem experiência de luta (de greve, por exemplo) sem experiência que provasse a importância da solidariedade de classe naquelas ações trabalhistas.

Além da história de lutas também a questão etária mostrou sua importância. Se além da ausência da vivência solidária acrescentasse o fator etário, a perspectiva do novo projeto poderia estar toda comprometida. Aliás, daqueles empreendimentos assumidos pelos próprios trabalhadores nenhum se deu com pessoas com idade próxima da aposentadoria e com pouca trajetória de luta e de busca de mudanças e inovações.

Quando se trata de constituir projeto de autogestão o segmento jovem apresenta potencialidade superior. Além do gregarismo¹ que expressam em diversas de suas ações possuem de forma menos cristalizada as heranças da dominação. Tiveram menos oportunidade de serem adestrados pelo taylorismo e fordismo. Por fim, pode-se dizer que o jovem possui maior disponibilidade, mais espírito de abertura para vivência de novas realidades.

Depois, no processo de implantação sob a gestão direta dos trabalhadores persistem elementos culturais e psíquicos que dificultam o amadurecimento individual e coletivo necessário às práticas autogestionárias. Existem atitudes que fazem lembrar a expressão bíblica: “saudades das cebolas do Egito” porque, por exemplo, o trabalhador antes tinha garantia da Carteira de Trabalho. Agora, não. Antes não precisava conhecer outras áreas de trabalho senão as atividades de sua seção ou de sua profissão. Agora precisa se responsabilizar pela administração do negócio. Aliás, o conceito de “profissão” passa a ter maior abrangência. Mesmo quando o sujeito começa a assumir a gestão muitas vezes faz pela metade de forma que continua se sentindo empregado para cobrar e reclamar e, ao mesmo tempo, acha-se com poderes (de ser

chefe) para dar ordem e mandar.

Por ser um processo em construção e de inovação o desenvolvimento do empreendimento autogestionário requer inteligência e energia para cuidar da partilha das informações, disponibilidade para participação integral da gestão e vigilância para acompanhar as decisões, os encaminhamentos e resultados. Como se pode observar este caminho não é para qualquer pessoa. As tarefas não são para pessoas burocratizadas e acomodadas com rotinas: são desafios que precisam de jovens para avançar.

Envolve-se:

Para conhecer um pouco mais do assunto recomendamos: VERARDO, Luigi. Economia Solidária e autogestão.
<http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta98/luigiverardo98.pdf>

¹ “O gregarismo é uma estratégia protetora observada em diversos grupos de animais, que se agrupam em sociedades mais ou menos estruturadas, permanentes ou temporárias, visando a proteção dos indivíduos que a compõem”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Greg%C3%A1rio>